

Palavras do Ministro da Cultura

■ PROF. DOUTOR MANUEL MARIA CARRILHO ■

Ex.^{mo} Senhor Chefe do Estado Maior da Armada,
Ex.^{mo} Senhor Presidente da Academia de Marinha,
Ex.^{ma} Senhora Dr.^a Simonetta Luz Afonso, Comissária do Pavilhão de Portugal,
Ex.^{mo} Senhor Dr. Francisco Alves,
Ex.^{mo} Senhor Prof. George Bass,
Ilustres membros da Academia de Marinha,
Ilustres conferencistas,
Meus Senhores e minhas Senhoras,

Pretendo, ao fechar esta sessão, dizer duas palavras breves.

A primeira é sobre o contexto português deste colóquio. Ele surge no momento em que está em curso a Exposição Universal de Lisboa de 1998, que tem justamente por tema “Os Oceanos” e que nos desafia para uma reflexão multidimensional sobre o seu significado. Significado de resto bem realçado há alguns dias pelo relatório apresentado pela Comissão independente sobre os Oceanos e que tem, entre vários aspectos fundamentais, justamente aquele que nos reúne aqui hoje, que é o da preservação do património cultural que se encontra submerso.

O Pavilhão de Portugal, concebido e dirigido pela Dr.^a Simonetta Luz Afonso, conseguiu aproveitar esta ocasião do modo mais feliz, ao ligar, desde o início, a concepção do Pavilhão aos trabalhos emergentes no domínio da arqueologia subaquática.

Quando o actual Governo entrou em funções tínhamos, neste domínio, uma legislação incapaz e nefasta que, de resto, provocou uma das minhas primeiras decisões que foi suspender uma primeira reunião da comissão que iria repartir, para exploração sob forma de concessão, vastas áreas da nossa costa, o que abriria um processo de depredação do nosso património subaquático. Uma das minhas primeiras preocupações foi, portanto, rever essa legislação, o que entretanto foi feito de um ponto de vista muito claro, que é o da inequívoca prevalência de uma concepção científica e cultural do património subaquático que se opunha a uma concepção comercial, até aí dominante, e que em definitivo, é uma concepção predatória do património.

Foi assim que se fez uma nova lei, foi assim que se enquadrou o trabalho da arqueologia subaquática em Portugal, que viria depois a ter consagração legal no Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, dirigido, sábia e ousadamente dirigido — permitam-me sublinhá-lo — pelo Dr. Francisco Alves.

Temos desde então os instrumentos e o enquadramento legal, e começamos a ter as pessoas e o saber para fazer desta área uma área privilegiada do nosso trabalho de preservação patrimonial. É o que se tem visto nas várias ocasiões que foram evocadas pelo Dr. Francisco Alves. O que se passou, desde a Ria de Aveiro à Barra do Tejo, prova justamente que estamos no bom caminho e que temos de prosseguir com determinação.

Mas há também um contexto internacional para este Simpósio, uma vez que se prepara neste momento um projecto da Convenção Mundial para a Protecção do Património Cultural Subaquático a ser apresentado à Conferência Geral da UNESCO do próximo ano. Sobre

isto queria dizer que Portugal mantém muito firmemente esta orientação que referi, que se baseia na ideia, sem ambiguidades, de que o património que existe nos mares deve estar sujeito ao mesmo enquadramento e à mesma preocupação do património terrestre. Deve enquadrar-se legalmente a defesa desse património com o mesmo tipo de exigências e agir com coragem relativamente a tudo aquilo que sejam ambições de pura pirataria e de pura intenção comercial sobre esse património.

Permitam-se mesmo que antecipe que a nossa posição é uma posição aberta pois entendemos que, apesar de Portugal ter um vasto património subaquático disperso em muitos locais do mundo por onde Portugal navegou, e de, em muitos casos, ele estar sujeito à soberania de outros estados, se deve pensar nesse património de um modo global, como um património da Humanidade e não como um património sobre o qual recaem predominantemente ambições nacionais, não sendo certamente a afirmação destas a melhor maneira de assegurar a sua protecção.

Termino dando os parabéns ao Dr. Francisco Alves pela organização deste Simpósio, por todo o trabalho que ele tem feito à frente desta emergente unidade de arqueologia subaquática já tão promissora no nosso País e à Dr.^a Simonetta Luz Afonso por ter sabido combinar de um modo tão imaginativo e efectivo a concepção do Pavilhão de Portugal e este lastro tão importante da nossa história.

Agradeço também à Marinha o magnífico acolhimento que dá a este Colóquio, e quero, sobretudo, desejar um bom trabalho a todos os congressistas.

Seja finalmente referido que a nossa concepção do património é uma concepção que tem a ver não só com a sua protecção e conservação, mas também com a sua valorização. É uma concepção que visa não só defender as identidades que todos nós herdámos, mas que tem sobretudo em atenção a identidade que todos procuramos construir e inventar — porque o único modo de sermos dignos da herança recebida é deixarmos tudo o que a prolongue de um modo renovado. Para que tais projectos se atinjam, simpósios como este são absolutamente vitais.

Muito obrigado. Bom trabalho.

Speech by the Minister of Culture

■ PROFESSOR DR. MANUEL MARIA CARRILHO ■

I would like to say some brief words to close this session.

I would first like to comment on the Portuguese context of this Symposium. This initiative occurs simultaneously with Expo'98, which challenges us with a multidimensional reflection about its significance and its theme, namely "The Oceans". This significance was effectively emphasized by the report presented by the independent Committee for the Oceans, a report which debates, among several fundamental questions, similar issues that fostered the need for this assembly – the preservation of submerged cultural heritage.

The Pavillion of Portugal, which was conceived and directed by Dr. Simonetta Luz Afonso, was capable of brilliantly seizing this opportunity by associating the concept of the Pavillion with recent work in the field of underwater archaeology.

When the current government had taken office, we had, an inappropriate and nefarious legislation that was the reason for one of my first decisions, which was to suspend the first meeting of the committee that was going to distribute vast areas of our coast line for the purpose of exploration. If this allotment had taken place, a cycle of depredation of our underwater patrimony would have begun. One of my first concerns was to review that legislation, which has been done with an extremely clear vision. The new legislation supported the unequivocal prevalence of a scientific and cultural conception of underwater heritage, as opposed to the commercial vision that had been predominant. That was definitely a predatory conception of patrimony.

That was how the new law was developed, and was also how underwater archaeology found an appropriate framework in Portugal. It was later consecrated as legal via the establishment of the Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, which was directed — wisely and daringly, allow me to emphasize — by Dr. Francisco Alves.

Since that time, we have secured the instruments and the legal framework, and we are beginning to surround ourselves with the people and the knowledge needed to transform this field into the privileged domain of heritage preservation. That is what has transpired under the tutelage of Dr. Francisco Alves. What has occurred in all these cases, from Ria de Aveiro to the Tagus bar, proves that we are on the right track and that we must proceed with determination.

But there is also an international context for this Symposium, since the World Convention for the protection of cultural underwater heritage is now being prepared and will be presented to the General Council of UNESCO next year. I would like to say that Portugal firmly maintains the course that I have described, a course which is based on an unambiguous idea. The patrimony that exists in the oceans should be submitted to the same legal framework as the patrimony found on land — and treated with the same concern. We must give a legal structure to the protection of that patrimony with the same kind of requirements, and act courageously to counter the ambitions of unadulterated pillage for purely commercial purposes.

Allow me to anticipate our position as an open one, since we think that – even though Portugal has a vast underwater heritage, dispersed through all the places in the world where the Portuguese have navigated, and even though, in many cases, this heritage is sub-

mitted to the sovereignty of other states — we should see that heritage in a global way, as a patrimony of mankind and not as the object of predominant national ambitions. In fact, the expression of such ambitions is surely not the best way to assure the protection of the patrimony.

I would like to finish this speech by congratulating Dr. Francisco Alves for the organization of this Symposium, for all the work he has been doing in the direction of this new underwater archaeology institution, which is already so promising in our country. I would also like to congratulate Dr. Simonetta Luz Afonso for having associated, in such an imaginative and effective way, the concept of the Portuguese Pavillion with such an important foundation of our History.

I would also like to thank the Portuguese Navy for the wonderful reception offered to this Symposium and I would, above all, like to welcome all the participants.

Allow me finally to say that our conception of patrimony is not solely aimed at its protection and preservation, but also at its valorization. It is a concept that not only aims to protect the identities that we have all inherited, but also has in mind the identity we have all try to construct and create. We are only worthy of our heritage if everything continues in a renewed way. In order to implement such projects, Symposiums like this one are absolutely vital.

Thank you very much. Good work.